



Senado deve enviar hoje texto da reforma política para a Câmara

Projeto, que entre outros itens prevê o fim das doações de empresas para campanhas eleitorais, foi aprovado pelos senadores na semana passada



Jefferson Ruy/Agência Senado - 2/9/2015

O Plenário do Senado deve votar hoje a redação final do projeto de reforma política aprovado na semana passada. Originalmente, a proposta, elaborada na Câmara, previa que empresas pudessem doar dinheiro para os partidos. Os senadores mudaram o texto de modo a impedir as doações empresariais. Agora o projeto volta para a análise dos deputados. O relator, Romero Jucá, espera que a Câmara vote logo, para que as regras possam valer já em 2016. Propostas da Agenda Brasil também estão na pauta de hoje do Plenário, como a que trata da repatriação de dinheiro de brasileiros no exterior. **3**

Romero Jucá (C), relator do projeto da reforma política, conversa com Randolfe Rodrigues e Paulo Rocha no Plenário

ACONTECEU NO SENADO

Comissão da Agenda Brasil foi instalada



Waldemir Borreto/Agência Senado - 1/9/2015

A entrega ao Congresso da proposta de Orçamento de 2016, com déficit previsto de R\$ 30,5 bilhões, esteve entre os fatos que marcaram a semana passada. Outro destaque foi a instalação da Comissão do Desenvolvimento Nacional, para avaliar as propostas da Agenda Brasil. O Senado ainda aprovou a indicação de Marcelo Navarro a ministro do STJ. **8**

Renan Calheiros e Raimundo Lira participam da primeira reunião da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional



Alberto César Araújo/Assembleia Legislativa do Amazonas

Senadores José Medeiros, Omar Aziz, Vanessa Grazziotin e Lindbergh Farias no debate em Manaus

35 mortes em fim de semana mobilizam CPI

A CPI do Assassinato de Jovens fez audiência pública na sexta-feira na Assembleia Legislativa do Amazonas. O ponto central do debate foram os homicídios de 35 pessoas na

Região Metropolitana de Manaus, em apenas um fim de semana de julho. No encontro foram discutidas questões como a repressão às drogas e a fiscalização nas fronteiras. **7**

Congresso lança cartilha sobre Lei Maria da Penha **6**

Audiência discute jornada reduzida de trabalho **8**

Projeto inibe faltas de professores **6**

especial Cidadania

Senadores buscam combater violência contra os jovens

O assassinato de jovens no país está sendo investigado por uma CPI. Em 2013, 46% das mortes de adolescentes de 16 e 17 anos foram por homicídio. A maioria das vítimas é negra, pobre e do sexo masculino. **4 e 5**



Fernando Frizzo/Agência Brasil

Desenhos de corpo na calçada são protesto contra violência policial no RJ



Renon Amis/Cabinete senador Ana Amélia

Pequeno produtor de carne poderá receber estímulo

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, disse em audiência na sexta que apenas empresas de abate precisam passar por inspeção constante. Afirmou também que o ministério vai trabalhar para reduzir a burocracia a fim de facilitar a atividade dos pequenos e médios produtores. **7**



Boletim mensal ajuda no controle das contas públicas

Na semana passada, foi encartado no **Jornal do Senado** o *Monitor Fiscal*, um informativo mensal produzido pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados que tem como objetivo mostrar de forma descomplicada como o governo está lidando com as finanças públicas. Destinado tanto aos parlamentares quanto aos cidadãos, o informativo é publicado na primeira semana de cada mês. **2**

Monitor Fiscal, encartado mensalmente no **Jornal do Senado**, é feito pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara e faz parte da missão do Legislativo de fiscalizar a situação fiscal da União

Boletim do Senado ajuda a entender gasto do governo



COMEÇOU A CIRCULAR na semana passada a edição de setembro do *Monitor Fiscal*, produzido pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados para acompanhar os gastos do governo e dar mais transparência à execução do Orçamento federal.

Com linguagem acessível e direta, o boletim mensal é mais um instrumento para o Congresso Nacional cumprir seu papel constitucional de acompanhar a situação fiscal da União. Todos os textos e infográficos são produzidos com base nas informações oficiais divulgadas pelo Poder Executivo.

Na edição de setembro, o texto principal mostra que o desempenho acumulado pela União até o momento encontra-se muito distante do objetivo fixado para o ano.

— É um documento bastante sintético, com linguagem simples e direta, que tem como público-alvo os parlamentares e a sociedade em geral — explica o consultor de Orçamento do Senado Paulo Bijos, comentando a dificuldade da maioria das pessoas de entender termos técnicos quando o assunto é economia.

Repercussão

O objetivo do *Monitor Fiscal* está ligado ao acompanhamento da situação fiscal para subsidiar parlamentares em suas análises e tomadas de decisão, além de divulgar o “olhar” do Poder Legislativo

para a sociedade, destaca o consultor. Para isso, trata mensalmente de temas como superávit primário, desempenho do governo, evolução das receitas primárias, endividamento e contingenciamento de recursos do Orçamento. A ideia, segundo Bijos, é retratar o desempenho fiscal da União ao longo do ano.

— O *Monitor Fiscal* tem uma repercussão cada vez maior, tendo em vista que, a partir da segunda edição [publicada em agosto], passou a constar como encarte do **Jornal do Senado** — disse.

Longe da meta

O consultor explicou por que o desempenho acumulado pela União até o momento encontra-se muito distante do que foi estabelecido para o exercício de 2015:

— A meta da União para este ano é uma economia de R\$ 55 bilhões, mas o que a gente observa é que o governo apresentou um déficit primário de R\$ 8,7 bilhões nos dados acumulados até julho.

De acordo com o consultor de Orçamento, existe a expectativa de que a situação seja revertida. Isso porque o próprio governo enviou ao Congresso Nacional o PLN 5/2015, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para reduzir o índice estipulado, já que existem evidências de que ele não será alcançado.

— A meta de superávit vai ser reduzida de R\$ 55 bilhões para R\$ 5,8 bilhões. Ela é acompanhada de uma sistemática que flexibiliza demais [esse número] — disse.

O cenário atual, segundo o

consultor, revela uma ausência de previsibilidade de resultados fiscais. Não é possível, afirmou, definir ao certo qual será o índice perseguido ao longo do ano.

— Há a percepção de que, até a metade do exercício, o resultado foi bastante fraco e, diante da impossibilidade de cumprimento da meta original, a tendência é que se alcance um valor semelhante ao do ano passado [déficit de R\$ 20 bilhões] — declarou.

O resultado deficitário de R\$ 8,7 bilhões representa o menor valor para o período, levando em conta os dados da série histórica iniciada em 1997. Para que a meta do ano seja alcançada, é necessária uma economia de R\$ 64 bilhões nos últimos cinco meses.

Quando o governo arrecada mais do que gasta, significa que houve superávit primário. Se, no entanto, as despesas superam as receitas, há um déficit primário.

Assessoramento

A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle é um órgão do Senado que tem a função de prestar consultoria e assessoramento técnico na área de direito financeiro, planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle à Mesa do Senado, à Comissão Mista de Orçamento (CMO), às comissões permanentes do Senado, às comissões mistas do Congresso, aos senadores e, eventualmente, à Secretaria-Geral da Mesa e à Diretoria-Geral.

A Câmara dos Deputados conta com um órgão semelhante.

O informativo Monitor Fiscal

O que é?

Boletim das Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados.

Qual é o objetivo?

Auxiliar o Congresso a acompanhar os gastos do governo e a execução do Orçamento e oferecer uma explicação descomplicada sobre temas econômicos.

A quem se destina?

A parlamentares e cidadãos.

Onde encontrar?

Encartado no **Jornal do Senado**, na primeira semana do mês, ou no site <http://bit.ly/monitorfiscalsetembro>.

Destaque de setembro

Desempenho das contas da União em 2015 e as dificuldades de o governo alcançar a meta de superávit estabelecida para este ano.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TERÇA

CDH Trabalho

9h Audiência pública interativa do ciclo de debates O Mundo do Trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação.

CCT Importação de eletrônicos

9h Audiência pública interativa sobre as razões do Brasil ao não acompanhar acordo da OMC para eliminar tarifas de importação de produtos eletrônicos.

CMA Educação ambiental

9h30 Na pauta com 14 itens, projeto que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

CAE Semiárido

10h Abre a pauta de 10 itens projeto que define enquadramento de municípios no semiárido e fixa limites da região.

CE Progressão funcional

11h Projeto que inclui critérios para a progressão funcional dos profissionais da educação está na pauta com 14 itens.

CMMC Requerimentos

11h30 Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas analisa requerimentos.

CMO Lei orçamentária de 2016

13h Comissão Mista de Orçamento faz reunião de líderes; às 14h, continua a elaboração da lei orçamentária de 2016.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Cartilha

14h Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher lança a cartilha *Lei Maria da Penha — perguntas e respostas* e apresenta pesquisa do DataSenado sobre violência familiar e doméstica contra a mulher.

PLENÁRIO Reforma política

14h Votação da redação final do PLC 75/2015, da reforma política, para devolução à Câmara.

AGENDA BRASIL Cronograma

14h30 Comissão do Desenvolvimento Nacional apresenta plano de trabalho.

MP 680/2015 Proteção ao emprego

14h30 Comissão responsável pela MP que institui o Programa de Proteção ao Emprego faz audiência pública interativa para debater a proposta.

MP 681/2015 Desconto em folha

14h30 Comissão que analisa medida sobre desconto em folha para pagamento de cartão de crédito avalia relatório.

QUARTA

CI Sabatinas

8h30 Sabatinas de Valter Casimiro Silveira, Gustavo Adolfo Andrade de Sá e Luiz Antonio Ehret Garcia, para cargos de diretoria do Dnit.

CDR Nelson Barbosa

9h Audiência pública interativa com o ministro do Planejamento sobre demarcação de terrenos de marinha. Após, na pauta de 8 itens, texto que obriga a captação de água da chuva nas construções residenciais, comerciais e industriais.

QUARTA

CAS Utilidade pública

9h O PLC 95/2014, que determina regras para declarar sociedades como de utilidade pública, é um dos itens da pauta.

CCJ Reunião deliberativa

10h Na pauta, entre outros, texto que fixa prazo de 24 horas para apresentação do preso à autoridade judicial (PLS 554/2011).

CE Internet no campo

10h Audiência interativa discute dificuldades de acesso à internet por jovens do campo e de cidades do interior.

CMO Orçamento de 2016

14h A comissão mista tem reunião deliberativa extraordinária para análise do projeto de lei orçamentária de 2016. Às 18h, reunião deliberativa extraordinária sobre o mesmo tema.

MP 676/2015 Previdência

14h30 Comissão responsável pela MP faz audiência pública interativa para debater medida, que trata de benefícios da Previdência Social.

MP 679/2015 Energia para os Jogos

14h30 A comissão da medida provisória, que trata do fornecimento temporário de energia para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, avalia relatório.

PACTO FEDERATIVO Energia

14h30 Comissão analisa o PLS 525/2015, sobre cálculo do valor adicionado à produção de energia para fins de repartição do produto da arrecadação com os municípios.

CCJ Recursos judiciais

15h Audiência pública interativa sobre PLS 402/2015, que altera o Código de Processo Penal em relação aos recursos.

QUINTA

CMO Orçamento de 2016

9h Reunião deliberativa extraordinária para análise do projeto de lei orçamentária de 2016.

CCJ Sabatinas para o CNJ

10h A comissão sabatina o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen e o juiz de direito Bruno Ronchetti de Castro, indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CRE Diplomatas

10h Sabatinas de Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes para o cargo de embaixador do Brasil na Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul; e de Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, para o cargo de embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

SEXTA

ASSASSINATO DE JOVENS Debate

9h A CPI faz audiência pública interativa com representantes da Secretaria de Defesa Social, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta aprovada na semana passada proíbe empresa de doar dinheiro a campanha eleitoral. Presidente da Câmara avisa que deputados restaurarão doação empresarial

Reforma política deve ir hoje para a Câmara

O RELATOR DA Comissão da Reforma Política, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que o Senado deve votar hoje a redação final do PLC 75/2015, originalmente da Câmara, que promove a reforma política alterando a Lei das Eleições, o Código Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos. A mudança mais significativa que os senadores fizeram na proposta, na votação na última quarta-feira, foi acabar com a doação de dinheiro de empresas aos partidos políticos e aos candidatos.

As novas regras, ainda de acordo com Jucá, só valerão para as eleições municipais de 2016 se a proposta for sancionada pela presidente Dilma Rousseff até 2 de outubro. Antes disso, no entanto, o PLC 75/2015 terá que ser votado novamente pelos deputados.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, afirmou, se-



O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz a sessão em que o Plenário aprovou o projeto da reforma política

gundo reportagem publicada pela Agência Câmara, que a doação de empresas aos partidos será restabelecida pelos deputados.

— Se a Câmara, em dois turnos, manteve [a doação das empresas] na Constituição e havia aprovado na infraconstitucional, não tenho a menor

dúvida de que vai restabelecer o texto, pelo menos em relação a esse ponto. Os outros pontos, eu não sei. Mas, com relação a esse ponto, a maioria da Casa está consolidada. Tranquilamente vai restabelecer o texto — disse Cunha.

Parte dos senadores, porém, está otimista e diz crer que isso

não acontecerá. O presidente da Comissão da Reforma Política, Jorge Viana (PT-AC), declarou que o repasse de dinheiro empresarial às campanhas eleitorais é, antes de tudo, inconstitucional.

— Empresa pode ser votada na eleição? Empresa pode votar? E a base da inconsti-

tucionalidade é que não há nenhum espaço da Constituição que dê direito de empresa ser votada ou de votar. Quem pode votar é eleitor, quem pode participar de eleição é quem é filiado, quem pode participar de eleição são partidos políticos — argumentou.

A vedação das doações de empresas foi aprovada no Senado com um placar apertado (36 a 31). A bancada do PSDB orientou voto contrário. O líder do partido, Cássio Cunha Lima (PB), alegou que a medida é um retrocesso. O senador lembrou que a doação de empresas às campanhas foi fruto da CPI dos Anões do Orçamento, em 1993, e veio para acabar com o financiamento a partir de caixa dois.

— Vamos separar colaboração de extorsão. Infelizmente, o que se tenta aqui é criminalizar — afirmou Cássio.

Senado demonstrou uma posição muito forte, diz Jucá

A aprovação do projeto de reforma política foi classificada como histórica pelo relator, Romero Jucá. Para o senador, as alterações propostas são muito importantes para o amadurecimento da democracia.

Entre as medidas, ele destacou a redução do tempo e das despesas das campanhas e o fim das exigências sobre domicílio eleitoral para candidatos. Outras questões citadas por Jucá são a forma simplificada de prestação de contas e o fim da vedação à pré-campanha — o que libera a manifestação política na internet, por exemplo.

— Aprovamos medidas que geram mais transparência e menos gastos e promovem mais igualdade. O projeto aprovado fortalece a representatividade e atende aos anseios da população — afirmou.

Jucá considerou que a decisão de proibir o financiamento de empresas para campanhas políticas mostra “uma posição muito forte” do Senado, que vai

na direção do anseio popular e do que pensa o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em julgamento que está suspenso no momento, seis ministros do STF se manifestaram contra esse tipo de financiamento. Na visão do senador, a relação entre empresa e candidato deixa de existir, “o que é muito importante, porque dá mais igualdade na disputa e diminui os custos de campanha”.



Romero Jucá espera que texto vire lei a tempo de entrar em vigor em 2016

Mudanças



Fim da doação de empresas — Apenas pessoas físicas poderão fazer doação de dinheiro aos partidos e candidatos, limitada ao total de rendimentos tributáveis do ano anterior.

Gastos menores — Na eleição seguinte à aprovação da lei, candidatas a presidente, governador e prefeito só poderão gastar 70% do maior valor contratado no pleito anterior, se houve apenas um turno. Onde houve dois turnos, o limite será de 50%. No caso de senador, deputado e vereador, o teto será de 70%.

Fundo Partidário — Até 2018, só terão acesso ao dinheiro partidos com diretórios permanentes em 10% das cidades, em pelo menos 14 estados. Em 2022, a exigência sobe para 20% em 18 estados.



Rádio e TV — Propagandas partidárias em cadeia nacional e estadual terão 5 minutos cada uma para os partidos com até 9 deputados federais e 10 minutos para as legendas maiores, além de 10 e 20 minutos em inserções de 30 segundos, respectivamente.

Debates — Foi criada uma cláusula de barreira. Até 2020, só entram nos debates candidatos de partidos com pelo menos 4 deputados federais. Depois disso, a exigência sobe para mais de 9 deputados. Candidatos a governador e a presidente deverão participar de pelo menos 3 debates televisivos, no segundo turno.

Pesquisas eleitorais — Institutos que nos 12 meses anteriores às eleições trabalharam para partidos ou candidatos, além de órgãos públicos, ficam proibidos de realizar pesquisas para veículos de comunicação.

Silêncio — Fora de comícios, carreatas e outros eventos organizados, fica proibido o uso de carros de som, minitrios, trios elétricos, alto-falantes, amplificadores de som. Comícios só podem ocorrer entre as 6h e a meia-noite.



Mulheres — De 5% a 15% dos repasses do Fundo Partidário têm que ser usados pelos partidos em campanhas de mulheres.

A Justiça Eleitoral fará, nos 4 meses que antecedem a campanha eleitoral, campanha para incentivar a participação feminina e esclarecer as regras e o funcionamento do sistema eleitoral.



Coligações — Nas eleições de deputado e vereador, apenas serão eleitos candidatos que obtiverem um mínimo de 10% do quociente eleitoral (total de votos válidos dividido pelas cadeiras em disputa).

Federação — Duas ou mais legendas poderão formar uma federação, atuando como se fossem um só partido.

Fidelidade partidária — Perde o mandato quem se desfiliar do partido pelo qual foi eleito. Foi criada uma “janela” para troca de legenda — até 30 dias antes do prazo de filiação exigido em lei —, nos casos em que for constatada “mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário” e “a grave discriminação política pessoal”.



Domicílio eleitoral — Não é mais obrigatório que o candidato tenha domicílio eleitoral na região um ano antes do pleito.

Voto em trânsito — Os eleitores que estiverem fora das cidades no dia da eleição poderão votar. O texto aprovado prevê a instalação de urnas especiais para os eleitores em trânsito.

Voto impresso — Urnas eletrônicas deverão gerar registro impresso da votação para conferência do eleitor, e só dele. Não haverá qualquer contato manual com o registro.

Agenda Brasil também está na pauta do Plenário nesta semana

AGENDA BRASIL

Além da reforma política, itens da Agenda Brasil — conjunto de propostas do Senado para promover a retomada do crescimento — também estão na pauta do Plenário. Entre eles, o projeto que regulamenta a repatriação de dinheiro de brasileiros e as propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam da indenização de donos de terras declaradas indígenas e da inclusão da segurança pública entre as obrigações compartilhadas entre

União, estados e municípios.

A semana deve começar com a votação da PEC 71/2011, que estabelece indenização dos donos de terras que passaram a ser consideradas reservas indígenas. A proposta, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), determina que a União indenize detentores de títulos dominiais das terras expedidos até a promulgação da Constituição, em 1988.

O texto determina pagamento por benfeitorias e estipula medidas para coibir as pretensões de grileiros ou posseiros. Para reivindicar a indenização, o dono do título terá não só de provar

a concessão do documento pelo poder público, mas ter sofrido prejuízo com a declaração da terra ocupada como indígena.

Outro item em pauta é o PLS 298/2015, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que regulamenta a repatriação de recursos ou bens de origem lícita e não declarados à Receita mantidos por brasileiros no exterior. A proposta institui o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária e garante, a quem fizer a repatriação, imunidade dos crimes de evasão de divisas e de omissão de informações ao fisco. Substitutivo de

Delcídio do Amaral (PT-MS) prevê a regularização pelo pagamento da alíquota de 17,5% do Imposto de Renda, mais multa de 100% sobre o imposto apurado, o que dá encargo total de 35%.

Também pode ser votada a PEC 33/2014, de Ferraço, que inclui a segurança no rol de competências comuns dos entes federados. Hoje a União é responsável apenas pelo custeio das Polícias Federal e Rodoviária Federal. Aos estados, cabe manter as polícias civil e militar. Já os municípios devem garantir a iluminação pública e criar, se necessário, uma guarda municipal.

Homicídio é a principal causa da morte de jovens no país

Pesquisadores ouvidos pela CPI do Assassinato de Jovens revelam que maior número de vítimas está na população masculina. Negros e moradores de periferias no Nordeste são os elos mais vulneráveis da cadeia

André Falcão

A VIOLÊNCIA É um dos problemas mais graves e presentes na vida dos brasileiros. Para a parcela de jovens da população, esse problema toma proporções de tragédia. Segundo os dados do estudo *Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil*, as mortes de jovens por causas naturais diminuíram significativamente desde a década de 1980, em contraste com o aumento por causas não naturais, entre as quais se destaca a disparada no número de mortes por homicídios.

O autor do estudo, Julio Jacobo Waiselfisz, em relato à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens, em junho, informou que, em 2013, 46% do total das mortes de jovens (quase a metade) de 16 e 17 anos foi por homicídio. O número de assassinatos passou de 1.825, em 1980, para 10.520, em 2013.

— Impressiona que metade de nossos jovens morra por homicídios — lamentou.

Ele apresentou dados mostrando que, para cada jovem que morre assassinado na Áustria, morrem 250 no Brasil. São os mais pobres, que moram nas periferias urbanas e têm baixa escolaridade. Morrem três vezes mais negros que brancos, acrescentou.

Para a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), presidente da CPI, são informações como essas que justificam a investigação do problema pelo Senado. Ela acredita que não é possível des-

cutir medidas para enfrentar a violência sem conhecer bem as suas causas.

— O jovem é justamente o elo mais fraco nessa cadeia da violência. Pesquisas de diversas instituições dão o diagnóstico de que o maior número de mortes violentas no país se dá na população masculina entre 16 e 28 anos, portanto, entre os jovens. E em números assustadores, números de uma verdadeira guerra — argumentou.

Para Lídice, a matança de jovens no Brasil é um verdadeiro paradoxo que se abate especialmente sobre a juventude negra. Justamente quando o jovem está se preparando para oferecer sua mão de obra ao país em retorno daquilo que recebeu em investimento em saúde, em educação, em estímulo a sua formação, esse jovem é perdido.

Vítimas

As vítimas preferenciais têm cor, gênero, idade e território definidos, como explicou à CPI Samira Bueno Nunes, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que é formado por gestores públicos, pesquisadores e policiais.

Negros, jovens, do sexo masculino e moradores do Nordeste são a parcela da população com o maior índice de vulnerabilidade à violência, associado a outros indicadores de risco como pobreza, desigualdade e frequência à escola.

A Paraíba apresenta o maior índice de violência contra os jovens negros, ocorrendo no



Entidades promovem a Campanha Jovem Negro Vivo, no Complexo da Maré (RJ): mobilização chama a atenção para o alto número de assassinatos de adolescentes no país

estado 13 vezes mais assassinatos de jovens negros do que de jovens brancos. Em seguida, vêm Alagoas e Pernambuco. A região tem apresentado o maior crescimento de mortalidade por homicídio no país na última década.

O número de policiais mortos em ação, 490 assassinados só em 2013, também foi apontado pela debatedora, que questionou a espiral de violência e o modelo de segurança pública.

— A gente tem que pensar em garantir cidadania, garantir a vida

para a população. Eu acho difícil que a gente consiga avançar se a gente não mexer na estrutura desse sistema — disse.

Causas

Em um resumo dos resultados encontrados até agora, a presidente da CPI diz que há, de um lado, a pobreza, a falta de condições e de oportunidades da juventude pobre, negra e de periferia no Brasil. Por outro lado, há a cooptação de parte desses jovens vulneráveis pelas organizações criminosas.

— O que chama a atenção é que, num período de 10 anos, diminuiu o número de jovens brancos mortos e aumentou o número de jovens negros mortos. Obviamente que nós desejamos que diminua toda a estatística de mortes de jovens. Mas é importante investigar esta diferenciação — pondera Lídice.

E outro fator determinante seria uma estrutura de segurança pública treinada para o conflito armado, justificado pela guerra às drogas, somado à figura do auto de resistência, que prati-

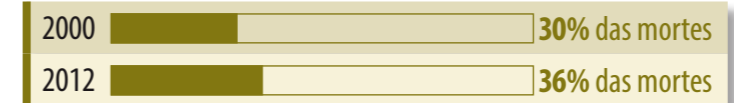
camente inviabiliza qualquer investigação e punição aos autores dos homicídios.

— Uma boa parte das mortes ocorre sob o argumento de que ela se deu pela resistência do jovem à ação da polícia. E essa é uma figura incomum nas sociedades democráticas, que existe só no Brasil, e que não pode ser usada como pretexto para a morte de tantos jovens — observa a senadora.

Na pág. 7, texto sobre audiência da CPI feita na sexta-feira em Manaus

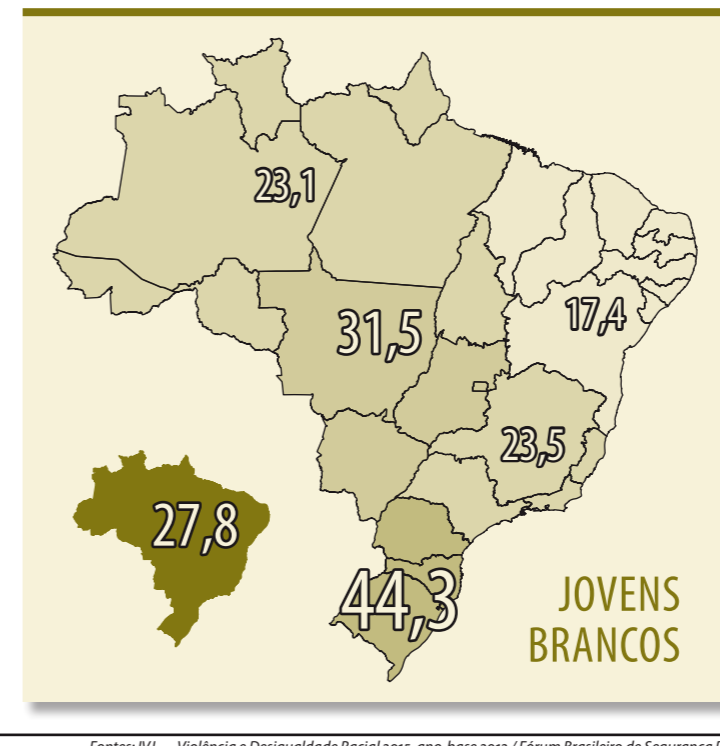
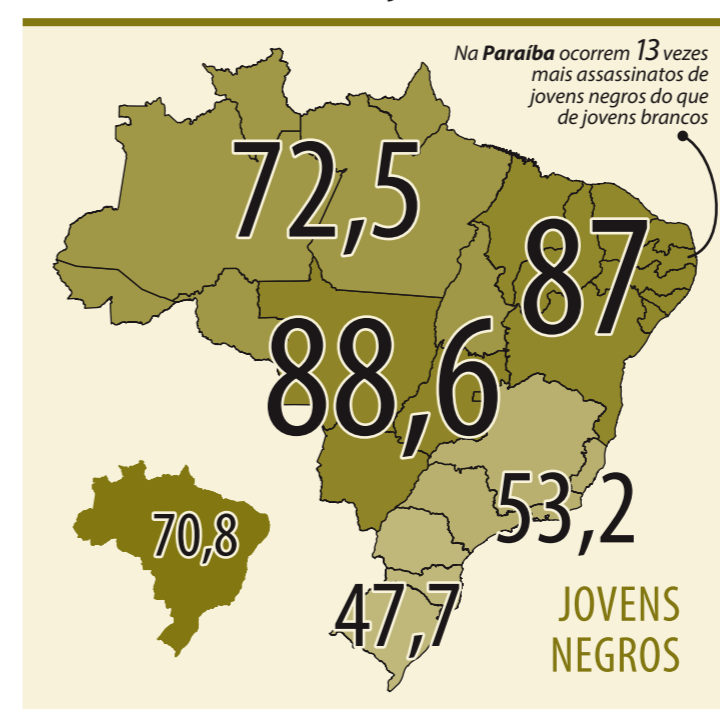
Crescimento

Aumenta a proporção de mortes por homicídios de jovens entre 12 e 18 anos. Entre a população em geral, a taxa de mortes por homicídio é de apenas 5%



Fontes: Unicef, Observatório de Favelas e Secretaria de Direitos Humanos

Taxa de homicídio entre jovens (por 100 mil habitantes)



Fontes: IJV — Violência e Desigualdade Racial 2015, ano-base 2012 / Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Advogada: dispositivo institucionaliza violência policial e viola direitos

A política de combate às drogas e a atuação da polícia militar foram alvo de duras críticas por vários convidados aos debates da CPI do Assassinato de Jovens.

A advogada Natália Damazio Pinto Ferreira, representante da Justiça Global, apontou como marco para a institucionalização da violência policial a criação em 1969, durante a ditadura militar, do dispositivo conhecido como auto de resistência.

— Uma das características marcantes do auto de resistência é justamente que quem fica em julgamento é a vítima, e não o fato, nem se tenta investigar a autoria do homicídio — explicou a advogada.

Segundo Natália, a manutenção do auto de resistência vem garantindo a violação de direitos humanos, de princípios e normas do direito penal e processual penal, sem que isso seja visto como violação des-

sas normas. Grande parte dos procedimentos de investigação é deixada de lado quando há homicídio por policiais em áreas de periferia. Ocorre a remoção de cadáveres sem perícia, pela prática do “falso socorro”, ou mesmo se impede o socorro às vítimas. A investigação muitas vezes é marcada por uma comunicação entre o Ministério Público e Polícia Civil, em que

não se faz nenhuma diligência em si, mas fica pedindo-se mais tempo para investigação. Não há perícia oficial na cena do crime e tampouco perícia autônoma independente.

A advogada citou casos emblemáticos de jovens e crianças negros assassinados pela polícia em megaoperações nas favelas do Rio de Janeiro, caso do menino Gilson, de 12 anos, no Morro

do Dendê, e também onde há unidades de polícia pacificadora (UPPs), com registro de 50 pessoas executadas.

— Seria importante levar em conta a participação direta do Estado na morte de jovens no país. A redução dos homicídios não pode ser concretizada sem que se discuta o fim do racismo, a desmilitarização da polícia e um reforço das instituições de direitos humanos — defendeu.

Condenação

Natália relatou que, recentemente, durante uma audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), foi apontado que os autos de resistência representavam não apenas o indicativo de uma transição para o período democrático falha, como também um sintoma de racismo estruturante da sociedade brasileira.

O Brasil já foi condenado na

CIDH por um caso de auto de resistência, que foi o assassinato do jovem Wallace de Almeida, de 18 anos, no Morro da Babilônia, Rio de Janeiro, em 1998. Ele foi executado durante uma operação policial e a família foi impedida de fazer o socorro.

Para Lídice da Mata, a estrutura de segurança pública brasileira precisa ser pensada com base no direito da pessoa humana, no direito à cidadania.

— O que nós verificamos é que acontece a morte de um policial naquele território e a polícia volta para, digamos assim, realizar sua vingança. Encontra grupos de jovens envolvidos com o tráfico de drogas e a matança se dá. E tudo sob a justificativa de que é possível ter licença para matar porque se trata de tráfico de drogas. Não é possível que nós continuemos com essa política de enfrentamento das drogas no Brasil — considera.



Senadores querem estrutura de segurança pública com base no direito à cidadania



Audiência da CPI em Brasília: busca de medidas que atinjam as três esferas de poder

Impunidade aumenta dor das famílias e alimenta ciclo de violência, dizem mães

Débora Maria da Silva, Vera Lúcia Gonzaga dos Santos e Terezinha Maria de Jesus, integrantes do Grupo Mães de Maio, contaram à CPI a história do assassinato de seus filhos por policiais. Em todos os casos, segundo os relatos, a execução foi feita de forma covarde e sem motivo.

Terezinha, mãe de Eduardo Jesus Ferreira, morto aos 10 anos com tiro de fuzil na porta de casa durante operação policial no Complexo do Alemão, no Rio, lamentou a existência de policiais mal treinados “que entram na favela para matar inocentes”.

Vera Lúcia relatou que sua filha Ana Paula Gonzaga dos Santos, que estava grávida, foi uma das vítimas da onda de violência que tomou conta de São Paulo em 2006, após uma série de atentados patrocinada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Vera disse que a investigação da morte de sua filha foi arquivada e lamentou o descaso do Estado no combate a esse tipo de crime.

Após ter enterrado, em 2006, o filho Edson, Débora Maria da Silva considera fundamental a luta para evitar que outros jovens sejam vitimados pela polícia. Débora lembrou que, quando um homicídio é cometido por um policial, eles costumam distorcer as provas do crime.

A assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional, Renata Neder, revelou que nos últimos cinco anos a polícia em serviço foi responsável por cerca de 16% de todos os homicídios praticados no Brasil e lamentou a quantidade de investigações em aberto e o quadro chocante de impunidade nesses crimes. Ela acrescentou que a constante ameaça e intimidação às testemunhas também são fatores que dificultam a investigação.

— Essa impunidade, além de ser uma segunda forma de violência contra as famílias, é também uma carta branca, alimenta o ciclo de violência e da letalidade policial — disse.

Para Renata, a mobilização de mães, de familiares e da comunidade é fundamental para que esses casos não fiquem sob o manto do auto de resistência, mas sejam investigados como um homicídio.

Ela lembrou o caso do menino Jonathan, de Manguinhos, Rio de Janeiro. A investigação só pôde acontecer porque os familiares se mobilizaram e não deixaram que o registro fosse feito como auto de resistência e o caso foi parar na Divisão de Homicídios.

A senadora Fátima Bezerra elogiou as participantes do debate pela coragem de exporem suas dores e indignações à comissão.



Veja entrevista da senadora Lídice da Mata no link: <http://bit.ly/EntrevistaLidice>

Saiba mais

Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens www.prvl.org.br

CPI no Facebook facebook.com/CPIdosJovens

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Colegiado que tem como objetivo combater as agressões contra a mulher também deve divulgar, em primeira mão, pesquisa do DataSenado sobre violência doméstica

Comissão lança cartilha da Lei Maria da Penha

A COMISSÃO MISTA de Combate à Violência Contra a Mulher lança hoje a cartilha *Lei Maria da Penha — perguntas e respostas* em reunião marcada para as 14h. Também deve ser divulgada pesquisa do DataSenado sobre violência familiar e doméstica.

A cartilha, que marca a passagem dos nove anos da lei, visa facilitar o entendimento de mulheres com baixa escolaridade ou pouco conhecimento do direito. A publicação traz informações como a história da lei, a

definição do que é violência familiar e doméstica, direitos das mulheres e quais as medidas protetivas de urgência. O texto será disponibilizado nos formatos impresso e digital.

Da pauta da comissão faz parte ainda a análise de requerimento para debate do PL 5.555/2013. O projeto sugere a inclusão na Lei Maria da Penha de penas para casos de ofensas publicadas contra mulheres pela internet.

A apresentação da proposta, que está em tramitação na Câmara, foi inspirada

no caso de uma jornalista paranaense ocorrido no fim de 2005. Segundo o autor do PL, o deputado João Arruda (PMDB-PR), Rose Leonel teve a vida abalada depois que o ex-companheiro, insatisfeito com o fim do noivado, divulgou imagens íntimas e insinuou em redes sociais que ela era garota de programa.

O requerimento para que a comissão debata o texto é da deputada Tia Eron (PRB-BA). Como convidada, ela sugere a coordenadora da Clínica de Direitos

Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Camila Silva Nicácio, professora do Departamento de Direito do Trabalho.

As parlamentares da comissão também devem votar requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF) para moção de apoio à vereadora Virginia Magrini (PP-MS), que teria sido vítima de violência de gênero praticada por outro vereador durante sessão solene na Câmara Municipal de Dourados (MS) em 8 de julho.

Mais Mulheres na Política chega ao Recife

Dezenas de lideranças políticas participaram, na quinta-feira, no Recife, do lançamento estadual da campanha em favor da igualdade de gênero na representação política feminina no Parlamento brasileiro. A iniciativa é da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

O movimento, iniciado em março por senadoras e deputadas federais, percorreu todas as regiões do país e ganhou força com a aprovação, em

primeiro turno, no Plenário do Senado, da PEC da Mulher (PEC 98/2015). O texto garante reserva escalonada de vagas para mulheres nas eleições seguintes à sanção da proposta. Serão 10% de cadeiras na primeira eleição, 12% na segunda e 16% na terceira.

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado, disse que a sub-representação feminina não pode continuar sendo tolerada pela sociedade.

— Não aceitamos mais sermos tratadas como seres

inferiores. Vamos ocupar o espaço que nos é de direito — afirmou.

Vanessa também destacou a aprovação na quarta-feira do PLC 75/2015, projeto da reforma política. Pelo texto, de 5% a 15% dos repasses do Fundo Partidário têm de ser usados pelos partidos em campanhas de mulheres. Além disso, o projeto determina que nos quatro meses anteriores à campanha eleitoral, a Justiça Eleitoral divulgue mensagens de incentivo à participação feminina na política.



Vanessa (D) lança campanha ao lado do governador Paulo Câmara e esposa

Professor assíduo e inovador pode ter vantagens

A inclusão da assiduidade e do uso de práticas pedagógicas inovadoras entre os critérios de avaliação para progressão funcional de professor é o objetivo de projeto em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLS 95/2013 deve ser votado na reunião de hoje, às 11h.

A proposta, do ex-senador Vital do Rêgo, objetiva reduzir o grande número de faltas de professores registrados nas escolas públicas. A medida modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que hoje prevê critérios como titulação e avaliação de desempenho. Para Vital do Rêgo, a proposta deve aumentar o poder da comunidade escolar na avaliação dos docentes.

O relator, João Alberto Souza (PMDB-MA), apresentou parecer favorável, mas ponderou

que é preciso levar em conta a precarização da carreira docente. “Se o professor não recebe incentivos consistentes para a dedicação exclusiva, não há de se estranhar que ele acabe por estender demasiadamente sua jornada de trabalho, comprometendo sua saúde e, portanto, sua assiduidade. Por sua vez, a ideia de inovação pedagógica traz a necessidade de uma avaliação criteriosa, sob o risco de qualquer procedimento, inclusive o mais rotineiro, ser tido como inovador”, alerta.

O projeto também proíbe que professores da educação básica sejam convocados para prestar serviço durante as eleições, salvo em casos excepcionais. Ele argumenta que os docentes hoje convocados ficam fora da escola não apenas no dia da eleição, mas nos períodos de treinamento e

nos abonos concedidos após o pleito, o que pode chegar a dispensas de até dez dias.

Após a aprovação na CE, a matéria deve seguir para a Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário.

Ancine

A CE também deve apreciar a indicação da advogada e produtora Débora Ivanov Gomes ao cargo de diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A relatora, Marta Suplicy (sem partido-SP), apresentou parecer favorável.

Também podem ser votados requerimentos de audiências sobre capacitação policial para mediação de conflitos, o marco regulatório da educação a distância e o uso de dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar.

Parlamentares querem conhecer observatório do clima em Manaus

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promove reunião hoje a partir das 11h30, para votar requerimento de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) que pede a realização de uma diligência, com a participação de três parlamentares da comissão, com a finalidade de conhecer o Observatório de Torre Alta da Amazônia. O centro é considerado o maior e mais novo instrumento do mundo para estudos de mudanças climáticas, como ressaltou a parlamentar. Está localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, a aproximadamente 350 quilômetros de Manaus. A torre tem 325 metros de altura e foi construída durante cerca de sete anos.

“A torre, que já é considerada

um marco histórico para o avanço da pesquisa científica sobre mudanças climáticas, traçará com grande precisão o papel do ecossistema amazônico para o equilíbrio atmosférico”, explica Vanessa.

Outro requerimento de João Capiberibe (PSB-AP) requer a realização de audiência pública conjunta da CMMC com a Comissão de Meio Ambiente (CMA) para debater a encíclica papal que trata de mudanças climáticas, aquecimento global, sustentabilidade e outros temas. Na encíclica *Laudato Si (Louvado Sejas)*, o papa Francisco se dirige a todos para sensibilizar pelas terríveis consequências da degradação do meio ambiente, que começa atingindo os mais pobres e mais desprotegidos, afirma Capiberibe.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Ministra promete incentivar produção de carne

Em audiência, Kátia Abreu disse que apenas empresa de abate precisa passar por inspeção constante e que processo para pequeno e médio produtor deve ser facilitado

A INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA é essencial para a qualidade do produto oferecido ao consumidor. Essa foi a opinião dominante no debate promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na sexta-feira em Esteio, cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), disse que o produtor do Brasil está preocupado com a qualidade da carne e de outros produtos oferecidos ao cidadão. Ela definiu o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura, como a garantia para “milhares e milhares de consumidores” de que o produto que compram é de qualidade.

— É uma forma de garantia do produto consumido, seja fruta ou carne. Estamos discutindo os mecanismos que a defesa agropecuária tem a oferecer ao consumidor, para que possa consumir um produto de qualidade — apontou a senadora.

Para a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, a manutenção de critérios de segurança sanitária é uma questão de responsabilidade do país com o cidadão. Ela disse que a diminuição da burocracia e o aumento da transparência são medidas que poderão permitir que uma empresa de um estado comercialize em outro. Kátia Abreu defendeu a modernização dos sistemas



A ministra Kátia Abreu (C), ao lado da senadora Ana Amélia, fala na audiência pública sobre inspeção agropecuária

de segurança sanitária e disse que a inspeção constante será apenas nas empresas de abate. Segundo ela, o Ministério da Agricultura vai trabalhar para facilitar a produção de pequenos e médios produtores, como forma de incrementar a agropecuária como um todo.

— Nada será feito em prejuízo da saúde dos brasileiros e nada será feito que não seja bom para o país — afirmou ela.

Estados

O presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos Folador, entregou à ministra um documento com as demandas do setor agropecuário gaúcho. Folador, que é prefeito de

Candiota (RS), pediu novos procedimentos que prevejam a equivalência de medidas de inspeção sanitária entre os estados. Para o prefeito, a diferença de critérios prejudica a saúde da população e impede a expansão de negócios.

Na visão do secretário-adjunto de Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, Airton Spies, a segurança do consumidor é inegociável e as inspeções sanitárias são indispensáveis. Spies defendeu a presença do médico veterinário como peça fundamental do sistema de sanidade animal. Para o secretário, com a presença do veterinário, ganham o produtor e o consumidor.

Já os representantes da União Nacional dos Fiscais

Agropecuários (Unafa) e do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) defenderam o papel do fiscal agropecuário.

O secretário da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, disse que o Brasil precisa avançar na economia, com apoio à agropecuária. Ele lamentou que muitos estados não tenham a estrutura necessária para atender às demandas do setor. Com maior segurança sanitária, disse o secretário, haverá maior qualidade do produto. Segundo Polo, a sanidade precisa ser preservada e não deve sofrer nenhum tipo de ameaça.

O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) também fez

uma defesa do setor agropecuário como gerador de emprego e de crescimento econômico: — É o único setor que está dando certo no país. O Brasil pode e deve produzir mais.

Participação

A audiência também foi marcada pela participação popular. Por e-mail ou por ligação telefônica gratuita, muitas contribuições foram registradas. Um produtor de Mato Grosso do Sul manifestou preocupação com as questões burocráticas da produção. Por e-mail, um internauta do Ceará pediu abatedouros modernos. Outros participantes manifestaram receio com uma possível terceirização da fiscalização sanitária.

Também participaram da audiência representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS) e de outras entidades, além de prefeitos e produtores.

A discussão realizada em Esteio faz parte do Ciclo de Palestras e Debates da CRA no período 2015–2016 para subsidiar os trabalhos da comissão com depoimentos, análises e informações acerca do panorama da agropecuária brasileira. Os principais focos são a sustentabilidade do meio rural, a logística de transporte, o sistema de armazenamento, a comercialização, a proteção do meio ambiente, a segurança alimentar, o sistema tributário e a reforma agrária.

Morte de jovens em Manaus chama a atenção de CPI

A comissão parlamentar de inquérito que investiga o assassinato de jovens fez audiência pública na sexta-feira na Assembleia Legislativa do Amazonas. O ponto central da reunião foi o assassinato de 35 pessoas ocorrido em julho. Os homicídios foram registrados em um único fim de semana na Região Metropolitana de Manaus.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que presidiu os trabalhos, lamentou a morte dos jovens, a maioria com menos de 26 anos.

— Foram 26 jovens entre 18 e 26 anos de idade. Muitos não tinham nem sequer uma passagem pela polícia. Isso é muito grave e mostra que a juventude é o elo mais grave da violência que casta no nosso país.

O combate ao uso de drogas e o aumento da fiscalização nas fronteiras também foram assuntos abordados na audiência.

De acordo com dados da Polícia Federal, mais de 4



Audiência também debateu o combate às drogas e a fiscalização das fronteiras

toneladas de drogas foram apreendidas no Amazonas em 2014. Grande parte entra no estado pela fronteira com Colômbia, Peru e Bolívia.

O relator da CPI, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), avaliou que, para combater as drogas, é preciso investir em educação mais do que em repressão.

— Quem acha que a gente resolve com repressão po-

licial está profundamente enganado. Os policiais têm sido vítimas, a sociedade civil tem sido vítima, os jovens têm sido vítimas e nós não estamos resolvendo o problema — afirmou.

Além de representantes da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, participaram do debate os senadores Omar Aziz (PSD-AM) e José Medeiros (PPS-MT).

Audiência vai discutir amanhã demarcação de terreno de marinha

Convidados pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e a secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, são esperados amanhã no Senado para discutir a demarcação de terrenos de marinha.

É responsabilidade do Ministério do Planejamento a demarcação dessas áreas, o que é feito por estudos técnicos, com plantas, mapas, documentos históricos e informações sobre ondas e marés. Os terrenos pertencem à União e se situam a partir da linha da maré cheia até 33 metros dentro do continente ou das ilhas costeiras.

Em maio, o Plenário do Senado aprovou projeto da Câmara (PLC 12/2015) redisciplinando o parcelamento dos terrenos e a remissão de dívidas patrimoniais a eles referentes com a União. Na ocasião, o líder do

governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), reclamou da votação, alegando que o Ministério do Planejamento ainda discutia o assunto. O requerimento para o debate é de Dário Berger (PMDB-SC).

Também amanhã a CDR deve votar quatro requerimentos para realização de audiências e quatro projetos. Um dos requerimentos, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), visa apurar as causas das diferenças, entre estados e regiões, no desempenho das escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerando as notas nas provas objetivas e de redação.

Um dos projetos em pauta (PLS 427/2014) inclui o acesso à internet entre os objetivos de aplicação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela.

Iniciativa faz parte da Medida Provisória 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego. A MP permite reduzir o período de trabalho em até 30%, com diminuição proporcional dos salários



Chery do Brasil

O governo argumenta que a MP preserva postos de trabalho, mas a proposta não foi bem recebida pelos sindicatos

Redução temporária da jornada será debatida hoje

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e permite a flexibilização da jornada de trabalho será tema de audiência pública hoje, às 14h30.

O debate, promovido pela comissão mista encarregada de fazer a análise prévia da proposta (MP 680/2015), tem como convidados representantes do governo e da indústria.

O Executivo argumenta que a MP preserva postos de trabalho ao permitir, por exemplo, a

redução em até 30% da jornada de trabalho, com a diminuição proporcional do salário pago pelo empregador.

Entidades de classe já se manifestaram publicamente contra a medida, alegando que é mais uma forma de penalizar os empregados.

Pela MP, só as empresas que aderirem ao PPE podem, por meio de acordo coletivo, adotar a redução de jornada. O procedimento poderá durar até 6 meses, sujeito à prorrogação, desde que o período total não ultrapasse 12 meses.

Foram convidados representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Pelo setor produtivo, devem participar representantes das indústrias automobilística, de autopeças e de máquinas e equipamentos. Também virão convidados das federações de indústrias dos estados e da Justiça do Trabalho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela.

Limite de crédito consignado está na pauta

A comissão mista instituída para elaborar parecer sobre a Medida Provisória 681/2015, que altera limites do crédito consignado, se reúne hoje.

A MP amplia de 30% para 35% o limite de desconto em folha para pagamentos de empréstimos, financiamentos e dívidas de cartão de crédito em favor dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dos aposentados e pensionistas do INSS e dos servidores públicos.

A medida permite ainda aos empregados regidos pela CLT

que o desconto do crédito consignado incida sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, desde que previsto no contrato de empréstimo. Vale ressaltar, no entanto, que a MP determina que, do limite de 35%, 5% sejam destinados exclusivamente para o pagamento das despesas contraídas por meio de cartão de crédito.

O governo alega que o mercado de crédito está em momento de “contração relevante”, por isso um aumento moderado do limite do crédito

consignado para cartões representaria uma opção pertinente sem trazer maiores riscos para as instituições financeiras e nem onerar demasiadamente os tomadores.

A comissão mista foi instalada em agosto e tem como presidente o deputado Caio Narcio (PSDB-MG). O relator é o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que já se manifestou favorável à ideia. Segundo ele, a medida é positiva, pois o crédito consignado é um dos mais baratos disponíveis hoje no Brasil.

Audiência discute desemprego e aposentadoria

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje audiência pública interativa sobre desemprego, aposentadoria e discriminação no mundo do trabalho.

Foram convidados para a audiência representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Cen-

tral Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e da Central dos Sindicatos Brasileiros.

Também estão convidados representantes do Ministério Público do Trabalho, da União Geral dos Trabalhadores, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita

Federal do Brasil (Sindifisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita.

A iniciativa é do senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH. A audiência começa às 9h e permite a participação do público. Os interessados podem encaminhar comentários ou perguntas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela.

ACONTECEU NO SENADO



Jefferson Rudy/Agência Senado - 1/9/2015

Otto, presidente, e Jucá, vice, ouvem Maggi, relator, na instalação do grupo

Comissão dedicada à Agenda Brasil é instalada

Na terça-feira passada foi instalada a Comissão do Desenvolvimento Nacional, criada com o objetivo de analisar as propostas incluídas na Agenda Brasil. Otto Alencar (PSD-BA) foi indicado para presidir a comissão. Romero Jucá (PMDB-RR) será o vice-presidente. O relator será Blairo Maggi (PR-MT).

PROPOSTA DE ORÇAMENTO CHEGA AO CONGRESSO

Na segunda-feira da semana passada, os ministros do Planejamento, Nelson Barbosa, e da Fazenda, Joaquim Levy, entregaram ao Congresso o projeto do Orçamento de 2016. A proposta traz déficit de R\$ 30,5 bilhões.

SENADORES APROVAM NOVO MINISTRO PARA O STJ

Na quarta-feira, o Senado aprovou a indicação de Marcelo Navarro para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Indicado pela presidente da República, ele teve 65 votos favoráveis no Plenário.



Waldemir Boreto/Agência Senado

CPI PEDE CONTRATO DE ENTIDADE DO FUTEBOL COM GENERAL MOTORS

Na última terça-feira, a CPI de Futebol aprovou o requerimento que pede a cópia na íntegra do contrato de patrocínio entre a Federação Paulista de Futebol (FPF) e a General Motors do Brasil. O requerimento é de autoria do senador Romário (PSB-RJ), presidente da comissão.



Gerardo Magela/Agência Senado - 2/9/2015

CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FISCAL SEGUIR PARA O PLENÁRIO

A criação da Instituição Fiscal Independente (IFI), para auxiliar o Legislativo a avaliar a política fiscal, foi aprovada na quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A medida consta da PEC 83/2015, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que integra a Agenda Brasil e segue para análise do Plenário.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

CORTAR EMBAIXADAS NÃO RESOLVE CRISE, DIZ MINISTRO

Para o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, reduzir o número de embaixadas no exterior não resolve a crise financeira do Itamaraty, que sofre com cortes. Ele participou de audiência na CRE na quinta.

DEBATE AVALIOU NOVAS REGRAS DE APOSENTADORIA

Audiência na comissão da MP 676/2015 discutiu, na quarta, o cálculo de aposentadorias. Lillian Marques, do Dieese, pediu que as mudanças considerem, além dos cofres da Previdência Social, as especificidades do sistema.



Gerardo Magela/Agência Senado

TSE DEVE ABRIR VAGAS PARA EFETIVOS E COMISSIONADOS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 69/2015, que cria cargos efetivos, em comissão e também funções comissionadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A proposta segue para votação pelo Plenário do Senado.